



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 7 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 27 de fevereiro de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Novas concessões portuárias .....	1
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Dilma autoriza R\$ 40 bi para Estados .....	2
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Tombini confirma tendência de nova queda dos juros em março.....	4
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Estados encontram devedores por cruzamento de dados com a Receita .....	5
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>ASSESSORIA SUFRAMA</b> CAS avalia 43 projetos em solenidade de 45 anos da SUFRAMA .....	7
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>VALOR</b> Mercado mantém cautela mesmo com alta da Bolsa.....	9
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	
<b>VALOR</b> Empresas no país elevam gastos com TI.....	10
<b>VEICULAÇÃO NACIONAL</b>	

	VEÍCULO <b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>Novas concessões portuárias</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Notas & Informações

**Pelo menos na área oficial não há mais dúvidas a respeito dos contratos de concessão de 77 terminais portuários em 15 portos - entre os quais os de Santos e do Rio de Janeiro - que vencem em 2013: eles não serão prorrogados e as novas empresas concessionárias serão escolhidas por meio de licitações a serem realizadas ainda este ano.**

A demora do governo em acertar com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão regulador do setor, uma posição comum a respeito desses contratos já vinha retardando investimentos, pois as empresas detentoras das atuais concessões não se arriscariam a aplicar recursos sem garantias de renovação dos contratos. A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), que representa as atuais concessionárias, estima que essas empresas poderiam investir R\$ 3 bilhões nos terminais que operam, caso os contratos fossem prorrogados.

A paralisação dos planos de investimentos das atuais concessionárias e a impossibilidade da entrada de novos investidores - que podem ter planos de investimentos ainda mais vultosos do que os anunciados pela ABTP - tornavam ainda mais crítico um dos mais notórios problemas logísticos do **comércio** exterior brasileiro, que são as operações portuárias.

São urgentes os investimentos em programas de modernização e ampliação dos portos, para que seja atendida com a eficiência necessária, e a custos competitivos internacionalmente, a demanda crescente do setor de **comércio** exterior. A indecisão na área oficial tornava a questão ainda mais complicada.

Até a edição da Lei dos Portos (Lei 8.630, de 1993) - que instituiu a necessidade de licitação das operações portuárias e limitou as concessões a 50 anos -, as concessões de terminais para empresas privadas dependiam apenas de um contrato com a estatal que administra o porto. A lei determinou que os contratos antigos fossem revistos a cada dez anos e permitiu sua renovação por duas vezes. Assim, não poderão mais ser renovados.

No entanto, em setembro de 2010 uma resolução da Antaq permitiu a renovação desses contratos. A norma

regulamentando a resolução já estava pronta, mas não foi publicada porque, desde o início, o governo Dilma defendia a licitação das áreas concedidas antes da vigência da Lei dos Portos e cujos contratos vencem no próximo ano.

Pressionada, na quarta-feira passada (22/2), a Antaq revogou a resolução anterior. "A matéria foi discutida ao longo dos últimos meses e após recomendação jurídica da Advocacia- Geral da União (AGU) foi deliberada", diz a sucinta nota em que a Antaq comunica a revogação.

A questão já foi levada à Justiça pela ABTP, que em janeiro obteve, em primeira instância, liminar determinando que a Antaq publicasse a norma contendo as regras para a renovação dos contratos assinados antes de 1993. Tomada em 25 de janeiro, a decisão da Justiça deu à Antaq o prazo de 30 dias para cumpri-la. Nas vésperas do término do prazo, a Antaq revogou a portaria que deu origem à questão.

Curiosamente, tanto a decisão da Antaq, de revogar a resolução que permitia a renovação dos contratos, como a ação impetrada pela ABTP, para forçar o órgão regulador do setor a publicar as regras para a renovação, baseiam-se num mesmo documento - um parecer da AGU. Na essência, o parecer é enfaticamente contrário à renovação, mas, por erro de revisão, em um de seus parágrafos concorda com ela. Em tese, a revogação da resolução de 2010 da Antaq elimina as dúvidas jurídicas.

A ABTP, porém, não considera a questão encerrada, pois entende que as empresas concessionárias podem recorrer à Justiça, se entenderem que têm direito à renovação dos contratos.

A própria associação está consultando escritórios de advocacia para examinar que medidas poderá tomar no campo jurídico.

Ainda assim, a nova decisão da Antaq elimina uma lacuna administrativa e jurídica que paralisava o governo, retardava soluções para uma questão essencial para a melhoria dos serviços portuários e prejudicava ainda mais o setor de **comércio** exterior, já estrangulado por outros imensos problemas de infraestrutura e logística do País.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma autoriza R\$ 40 bi para Estados</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Para impulsionar obras de infraestrutura, presidente dá aval para governos estaduais pegarem o equivalente a um PAC em empréstimos**

**LU AIKO OTTA, EDNA SIMÃO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

Os Estados conseguiram do **Governo Federal** a autorização para contratar este ano quase R\$ 40 bilhões em empréstimos, para financiar investimentos em infraestrutura. O valor praticamente se iguala aos R\$ 42 bilhões que serão aplicados diretamente pela União em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2012.

Os novos projetos fazem parte da estratégia da equipe da presidente Dilma Rousseff de dar um impulso ao crescimento econômico neste ano, amenizando os efeitos do corte de R\$ 55 bilhões no Orçamento anunciado em 15 de fevereiro.

Com a ajuda desses investimentos, o **Governo Federal** persegue uma taxa de crescimento econômico de 4,5% em 2012, previsão bastante otimista se comparada com os 3,3% previstos por economistas em pesquisa semanal do Banco Central.

De outubro para cá, 20 Estados tiveram autorização para contrair empréstimos. A maior cota foi destinada para uma unidade federativa administrada pela oposição: São Paulo, com R\$ 7 bilhões.

Quando recebeu a permissão para aumentar o endividamento, em novembro, o governador tucano Geraldo Alckmin disse que utilizaria o dinheiro para projetos como a linha férrea ligando Parelheiros a Grajaú e o Expresso Guarulhos, além de obras de saneamento e estradas no interior do Estado.

Na ocasião, ele chamou a presidente Dilma Rousseff de "grande presidente que trabalha muito pelos paulistas, por todos os Estados e pelo Brasil".

Ajuste fiscal. O secretário estadual de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, explica que a autorização para contrair novos empréstimos é consequência do forte ajuste fiscal feito pelos governos estaduais.

"O aumento dos empréstimos não afetam o equilíbrio fiscal. Ele é uma consequência do ajuste fiscal feito nas contas", disse Calabi. "Vamos contrair mais crédito sem prejuízo às finanças públicas", acrescentou.

Segundo o secretário, o esforço fiscal feito nos últimos anos para quitar dívidas assumidas pelo **Governo Federal** permite ao Estado de São Paulo ampliar seu endividamento em até R\$ 17 bilhões. Por enquanto, o Tesouro Nacional autorizou uma primeira tranche de R\$ 7 bilhões, mas o restante deverá sair no decorrer do ano.

Calabi destacou ainda que esses empréstimos são **importantes** para manter a capacidade de investimento, num cenário em que é preciso fazer superávit primário (economia para pagamento de juros) para reduzir endividamento.

Segundo Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo do Estado de São Paulo, a unidade federativa fez uma economia de R\$ 5,950 bilhões no ano passado. A dívida líquida consolidada totalizou R\$ 157,407 bilhões em dezembro.

Compromisso. Os governadores foram autorizados a contrair novas dívidas porque conseguiram reduzir o tamanho do estoque do endividamento em relação à arrecadação anual.

Nos anos 1990, quando os Estados estavam quebrados a ponto de não conseguir mais rolar suas dívidas junto ao **mercado**, eles foram socorridos pelo Tesouro Nacional, numa operação inspirada na forma de atuação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O **Governo Federal** assumiu os débitos dos Estados junto ao **mercado**, mas, em troca, os beneficiados se comprometeram com planos de longo prazo para ajustar suas contas.

Um dos requisitos é reduzir a dívida ao equivalente a um ano de arrecadação líquida. Enquanto esse nível não é atingido, o Estado fica proibido de emitir títulos e só pode tomar empréstimos externos se a dívida estiver em trajetória descendente.

É o caso, por exemplo, de São Paulo. O governador Geraldo Alckmin disse que quando o Estado assinou contrato

com o Tesouro Nacional, a dívida equivalia a 2,2 vezes a receita líquida anual. Atualmente, o endividamento está em 1,4 vez.

"Estamos colhendo os frutos da responsabilidade fiscal", disse Alckmin na ocasião. Os demais Estados autorizados a endividar-se também se encaixaram nessa regra.

Espaço. A negociação de empréstimos externos foi facilitada também pelo fato de o **Governo Federal** haver

antecipado o pagamento de parcelas da dívida com os organismos multilaterais de crédito.

O Banco Mundial, por exemplo, tem uma regra pela qual só pode ter operações em aberto de US\$ 16,5 bilhões com cada país. Ao pagar antecipadamente seus empréstimos, o **Governo Federal** abriu espaço para novas operações.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Tombini confirma tendência de nova queda dos juros em março</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Presidente do Banco Central do Brasil fala em alta probabilidade de a Selic cair para um dígito "no futuro"**

#### **CIDADE DO MÉXICO - O Estado de S.Paulo**

A nove dias da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sinalizou com nova queda na taxa básica de juro, a Selic, em março, mantendo estratégia adotada desde agosto. Hoje em 10,5%, a Selic tem alta probabilidade de cair para um dígito no futuro.

Tombini deixou a reunião do G-20 ontem especialmente para transmitir essa mensagem. Enfatizou ainda a decisão do BC de prosseguir com intervenções no mercado de câmbio, um dos instrumentos para conter a valorização do real.

"O BC tem comunicado ao público o que entende ser a estratégia de política monetária mais adequada neste momento e vem reduzindo a taxa básica de juros desde agosto, em 200 pontos", afirmou. "O BC sinalizou recentemente que há alta probabilidade de que tenhamos no Brasil, no futuro, uma taxa de política monetária no nível de um dígito."

Tombini sustentou seu argumento sobre a continuidade da política de redução da Selic nos resultados da pesquisa do BC com analistas econômicos, divulgada dia 23. Mostrou estar, dessa forma, em sintonia com as previsões e percepções do mercado.

Nos cálculos dos entrevistados, a taxa de juros neutra teria caído de 6,55% em novembro de 2010 para 5,5%. Também chamado de taxa de juros de equilíbrio, o indicador dá o nível da Selic, descontada a inflação, capaz de gerar maior crescimento econômico sem causar pressão sobre os preços ao consumidor.

Além da queda de um ponto porcentual, a pesquisa detectou a percepção da maioria dos analistas de haver espaço para reduções adicionais na taxa nos próximos dois anos. Essa avaliação foi defendida por 49% dos consultados. Outros 40% projetaram a estabilidade da taxa neutra e 11% apostou no aumento.

A pesquisa Focus foi considerada relevante por Tombini, por oferecer dados qualitativos de tendência. Mas, segundo salientou, não deve influenciar as decisões do Copom no curto prazo.

"Essa estratégia não se esgotou até o dia de hoje, naturalmente", afirmou, referindo-se à queda da taxa de juros. "Isso é compatível com nossa estratégia desde agosto, de redução da taxa de política monetária consistente com o tempo em que a inflação continua no processo de convergência para a meta", completou.

Inflação. Entre analistas econômicos, uma nova redução na taxa Selic em março deixará clara a prioridade da política monetária para o crescimento econômico, mesmo ao custo de aumento da inflação. Essa aposta estaria calçada na execução de uma política fiscal mais austera pelo governo, ainda em dificuldade para ver cumprida a meta de superávit primário de 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

A pesquisa Focus projetou o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) em 5,2% para este ano, acima da meta de inflação, fixada em 4,5%. Em fevereiro, o IPCA dos últimos 12 meses estava em 6,22%. A escalada da cotação internacional do petróleo e a insistência da Petrobrás em reajustar os preços da gasolina e do diesel seriam apenas dois dos componentes a pressionar a inflação nos próximos meses.

Tombini preferiu desconversar sobre o tema. "Não vou falar em questões de política monetária. O petróleo é preocupação de todos os bancos centrais neste momento. Há inclusive uma discussão aqui neste fórum. É algo que será monitorado de perto pelos bancos centrais."/ D.C.M.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Estados encontram devedores por cruzamento de dados com a Receita</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Tributário - Estratégia foca, principalmente, devedores de impostos sobre doação de bens**

**Laura Ignacio**

As Secretarias de Fazenda estaduais têm firmado e atualizado convênios de mútua colaboração com a Receita Federal para cruzar dados e facilitar a fiscalização de impostos. O resultado prático da medida nos Estados é um aumento da arrecadação de tributos como o **ICMS**, o IPVA e o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD). O ITCMD incide sobre heranças e doações de bens móveis ou imóveis. Cada Estado adota política própria de tributação.

No fim de 2011, o Estado de Minas Gerais começou a receber da Receita dados das declarações do Imposto de Renda (IR), dos últimos cinco anos, sobre doações acima de R\$ 200 mil. Identificados os maiores doadores, foram enviadas 5 mil cobranças, que somadas alcançam aproximadamente R\$ 3,5 bilhões. Como o ITCD é um imposto que as pessoas não estão acostumadas a pagar, muitas foram surpreendidas, afirma Gilberto Silva Ramos, subsecretário da Receita Estadual de Minas. Desde 2008, a alíquota do imposto é de 5% para patrimônio acima de R\$ 200 mil e de 2% para valores entre R\$ 20 mil e R\$ 200 mil, de acordo com o subsecretário.

Com a operação, em novembro e dezembro, o Estado arrecadou R\$ 78 milhões a mais do que o esperado. O montante decorreu do pagamento espontâneo do imposto devido, acrescido de multa de 20% e juros. Agora, começamos o trabalho de autuação daqueles que não pagaram, o que inclui a cobrança de uma multa de 100%, afirma Ramos. O ITCD representa cerca de 2% da arrecadação total.

O Estado da Bahia firmou convênio com a Receita Federal em 2011. Este ano, as operações de troca de dados cadastrais devem começar, afirma o **Superintendente** de Administração Tributária do Estado, Cláudio Meirelles. Atualmente, o ITCMD representa 0,25% da arrecadação de **ICMS**, que alcançou, no ano passado,

R\$ 13 bilhões. Já usamos dados da Receita para municiar autos de infração com informações mais consistentes sobre a atividade de determinadas empresas e seu respectivo faturamento, afirma.

A Fazenda do Rio de Janeiro vai pedir novas informações à Receita para aprimorar o convênio fechado com o órgão federal. Dados do sistema que mede a vazão de líquido de bebidas frias e água, por exemplo, podem nos ajudar na fiscalização do setor de bebidas, afirma Luiz Henrique Casemiro, subsecretário da Receita do Rio. O Estado já recebe informações relativas ao **comércio** exterior para controle dos benefícios fiscais concedidos pelo governo estadual e sobre heranças e doações.

Em relação ao imposto sobre doações e heranças, em 2010, mais de 15 mil contribuintes fluminenses foram convidados a participar de um parcelamento para quitar o atrasado com os juros de mora. Segundo Casemiro, em 2009 foram arrecadados R\$ 290,44 milhões. Com o impacto da troca de informações, em 2010 foram recolhidos R\$ 464,27 milhões e, em 2011, R\$ 418 milhões para os cofres públicos. No Estado, o tributo representa ao redor de 2% da arrecadação.

São Paulo foi o Estado pioneiro em realizar o cruzamento de dados com o Fisco federal. Em 2009, fez sua primeira operação de notificação a mais de mil contribuintes. Até hoje, foram enviadas 7.162 notificações. Segundo Leandro Pampado, diretor-adjunto da Administração Tributária de São Paulo, em 2.723 casos não tinha ocorrido a doação, em 2.536 casos houve recolhimento de R\$ 49,65 milhões, 596 contribuintes pediram o parcelamento de R\$ 11,18 milhões, e 962 autos de infração foram lavrados no valor total de R\$ 31,7 milhões. Somando os valores, o Estado conseguiu R\$ 92,54 milhões em arrecadação extra. Restaram 151 pendências relativas a contribuintes que recorreram. Em 2011, o Estado arrecadou R\$ 1,2 bilhão de ITCMD.

Segundo Pampado, o Estado usa o endereço do domicílio tributário declarado à Receita para cobrar o

IPVA referente a veículos licenciados indevidamente fora do Estado. Também há casos de quem aparece como sócio de uma empresa para o governo do Estado e não tem patrimônio algum de acordo com a Receita Federal. Isso

nos ajuda na fiscalização de **ICMS**, explica o subsecretário em São Paulo.

	VEÍCULO ASSESSORIA <b>SUFRAMA</b>	EDITORIA
	TÍTULO <b>CAS avalia 43 projetos em solenidade de 45 anos da <u>SUFRAMA</u></b>	
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Emerson Medina 27/02/2012**

Os polos Eletroeletrônicos e de Duas Rodas concentram os investimentos em análise para entrar na pauta da 255ª reunião do Conselho de Administração da **SUFRAMA** (CAS), mas há outros destaques como os projetos de bebidas energéticas e o de **produção** de telhas. A reunião acontece nesta terça-feira dia 28 de fevereiro, na sede da **SUFRAMA** dentro das comemorações dos 45 anos da autarquia. Na pauta constam 43 projetos (21 de implantação e 22 de diversificação, ampliação e atualização) que somam 1.472 novos empregos e US\$ 1.1 bilhão em investimento total (incluindo capital de giro).

O projeto de bebidas energéticas é da fabricante mundial Red Bull e resultado da alteração no Processo Produtivo Básico (**PPB**), publicado no início de fevereiro, que contempla esse segmento de bebidas com os incentivos da **Zona Franca** de **Manaus**. Estão previstos 79 empregos diretos, mas a expectativa é que a empresa possa adensar a sua cadeia produtiva no Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**) futuramente. O investimento fixo previsto é de US\$ 111 milhões.

Os demais projetos de implantação em destaque são os de condicionador de ar de janela e parede, condensadores e evaporadores de ar, da KMA LTDA., uma nova empresa que chega para reforçar o polo de condicionadores de ar do **PIM**. O investimento fixo é de US\$ 1,5 milhão com 229 empregos previstos.

Para garantir maior oferta de componentes no **PIM** a Cal Comp planeja investir US\$ 39 milhões para produzir placa de circuito impresso montada, subconjunto chassi para áudio e vídeo e subconjunto de painel principal também para áudio e vídeo. A expectativa é gerar 420 empregos. No segmento de Duas Rodas, dois novos projetos foram apresentados para o CAS: o da inglesa Triumph (US\$ 832 mil em investimento fixo e 45 empregos) para fabricação de motocicleta acima de 450 cilindradas e o da D'Martins LTDA., para motos de 100 até 450 cilindradas (investimento fixo de US\$ 309 mil e 100 empregos).

Para o atendimento da Construção Civil com um **importante** insumo, a Aço **Manaus** apresentou projeto de

**produção** de telhas metálicas onduladas, telhas trapezoidal, perfil de ferro aço, estrutura de ferro para construção civil e laminado de ferro aço em fita, tira, chapa e blanks. Os investimentos somam US\$ 1.3 milhão com previsão de gerar 35 vagas de trabalho.

Os destaques dos projetos de diversificação, ampliação e atualização são o de televisor com tela de cristal líquido (LCD) da Philco (US\$ 3.5 milhões com 747 empregos), que também tem outro projeto para **produção** de Blu-Ray player e amplificador de Home Theater (US\$ 328 mil e mão de obra adicional de 49 empregos). A Digibrás tem projeto para produzir players de Blu-Ray (investimentos de US\$ 186 mil), assim como a Flex (investimentos de US\$ 147 mil), que incluiu também na sua proposta o DVD player. A Nissin Brake tem projetos para componentes (conjuntos de cilindros para freios e conjunto de cilindro para cáliper). A empresa deve investir US\$ 416 mil.

Projetos já aprovados com base na Resolução CAS 202/206 serão comunicados ao CAS. É o caso da Philco, para **produção** de computadores (UCP), Digibrás (investimento de US\$ 72 milhões) que fortalece a **produção** de celular no **PIM** e os projetos de componentes da Honda Lock (partes e peças com tratamento de superfície) e Yamaha Motor Eletronica (unidade de controle de injeção eletrônica).

#### Solenidade

A 255ª reunião do CAS é a primeira que contará com a participação de Thomaz Nogueira no cargo de **Superintendente** da **SUFRAMA**. A reunião será presidida pelo Secretário Executivo do **Ministério** de **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), Alessandro Teixeira, e deverá contar com a presença de diversas autoridades dos Estados do Acre, **Amazonas**, Rondônia, Roraima e dos municípios de Macapá e Santana, no Amapá, que compõem a área de abrangência da autarquia, além de empresários do Polo Industrial de **Manaus** (**PIM**).

Durante a reunião, será realizada a posse dos novos **Superintendentes** Adjuntos e os lançamentos da Campanha Institucional e do selo postal comemorativo, alusivos aos 45 anos da **SUFRAMA** e do Modelo **Zona Franca** de **Manaus**. O selo, que foi produzido em parceria com a Empresa Brasileira

de Correios e Telégrafos (ECT), traz a imagem da fachada da sede da **SUFRAMA**, em **Manaus**, e será utilizado em todas as correspondências da autarquia, enviadas da sede e

descentralizadas. Ao todo, serão produzidas 12 mil unidades, com validade de um ano.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Mercado mantém cautela mesmo com alta da Bolsa</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Depois de meses sem operações expressivas, o **mercado** de capitais está aberto para novas ofertas de ações de companhias brasileiras. Mas os investidores continuam cautelosos, seletivos e conservadores. Por conta desse ambiente, os bancos deverão fazer uma segunda tentativa de reabrir o **mercado** com operações de empresas já listadas na Bolsa, já conhecidas, portanto, pelos investidores

**Expectativa é de mais ofertas de ações**

**Por Ana Paula Ragazzi | De São Paulo**

Nesta semana termina o prazo para que ofertas de ações sejam realizadas com a apresentação de informações financeiras apenas até dezembro. Depois disso, as companhias que quiserem vender papéis terão de atualizar a documentação com os resultados do primeiro trimestre deste ano.

Por conta disso, é provável que novas pedidos de operações se acumulem na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nos próximos dias. Entre as empresas abertas a Qualicorp confirmou que pretende fazer uma operação. O **mercado** espera ainda ofertas de Suzano Papel e Celulose, Fibria e Via Varejo - novo nome da Globex. Essas empresas ainda não confirmaram a intenção de vender papéis. A alta da bolsa neste ano, de 16%, é um dos fatores que favorecem emissões neste momento.

Entre as ofertas iniciais estão em análise na CVM as distribuições de Seabras (do setor de petróleo), CVC (turismo) e Isolux (infraestrutura). Outras que pararam operações no passado também deverão retomá-las ao longo de 2012.

Jean Marcel Arakawa, sócio do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados, conta que no fim de 2011 trabalhava para dez empresas que pretendiam fazer oferta inicial de ações, em sua maioria ligadas a consumo interno e infraestrutura. Neste ano, o escritório já recebeu seis novos casos, que incluem empresas listadas.

"Estamos percebendo que as companhias voltaram a se mexer para estarem prontas para captações a partir da metade do ano", afirmou Arakawa, acreditando que as tentativas frustradas de Seabras e **Brasil** Travel de vender papéis no mês passado não tenham desanimado outras companhias.

Ele acredita que o ambiente de incertezas em relação aos acontecimentos na Europa é menor agora do que era que ano fim de 2011. Na visão dele, março, que concentra alguns vencimentos de títulos de países europeus, deve ser fundamental para amainar - ou não - as incertezas e encorajar novas operações.

José Olympio Pereira, corresponsável pelo banco de investimento do Credit Suisse no Brasil, acredita em um movimento de volta à bolsa porque há muitos investidores com recursos em caixa e, neste momento de juro zero na Europa, fica caro manter dinheiro parado. "Há dinheiro disponível e um maior apetite por risco", diz, ressaltando o ambiente de tranquilidade da economia brasileira.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Empresas no país elevam gastos com TI</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Pesquisa do Instituto Sem Fronteiras com 1.140 empresas estima que, em 2012, os gastos com Tecnologia da Informação (TI) somarão R\$ 64,6 bilhões, um crescimento de 9% em relação ao ano passado. A projeção indica ligeira desaceleração em relação ao crescimento anual médio de 10% dos últimos dois anos, mas é mais que o dobro do ritmo de expansão dos gastos mundiais em TI, estimados em 3,7% pela consultoria Gartner. O Valor teve acesso a projetos de TI de dez companhias de grande porte. Entre elas, a TAM é a que terá o maior aumento de gastos com TI, de 52%. A varejista Máquina de Vendas e a montadora Toyota informaram que elevarão os investimentos em 10%. O Banco do Brasil e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), em 8%**

#### **Gastos com TI vão somar R\$ 65 bi**

Por Moacir Drska, Gustavo Brigatto, Talita Moreira, Bruna Cortez e Cibelle Bouças | De São Paulo

A indústria de tecnologia da informação (TI) prepara-se para receber um forte fluxo de investimento nos próximos meses. Uma pesquisa do Instituto Sem Fronteiras (ISF), realizada com 1.140 empresas e revelada ao Valor com exclusividade, mostra que os orçamentos de TI das empresas no Brasil vão somar R\$ 64,6 bilhões neste ano, estabelecendo um novo patamar histórico.

O movimento representa um crescimento de 9% frente aos R\$ 59,3 bilhões de 2011. A projeção é um pouco inferior à média anual de 10% registrada nos últimos dois anos, mas se mostra bem superior às estimativas globais. Segundo a consultoria Gartner, os investimentos mundiais em TI vão aumentar 3,7% neste ano, chegando a US\$ 3,8 trilhões. A variação no setor também segue mais forte que a expansão prevista para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, de 3,3%, conforme a pesquisa focus do Banco Central.

"Chegamos a um estágio em que se a empresa precisa reduzir custos, a área de TI é a última a ser atingida, pois ela acaba sendo uma ferramenta essencial para auxiliar nesse processo", afirma Ivair Rodrigues, analista do ISF.

O Valor consultou dez grandes companhias, de vários setores, sobre seus planos de investimento em TI. A TAM

informou que o valor destinado à área será 52% superior ao do ano passado. Na Máquina de Vendas e na Toyota os recursos serão reforçados em 10%. No Banco do Brasil e no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) estão programados aumentos de 8%. Itaú-Unibanco, Telefônica e Andrade Gutierrez informaram que terão orçamentos mais altos, mas preferiram não divulgar o percentual. Petrobras e TIM manterão os mesmos valores do ano passado.

Tanto as empresas que participaram da pesquisa do ISF como as companhias ouvidas pelo Valor vão dar ênfase a projetos de mobilidade e de automação de serviços. É isso o que explica a decisão de direcionar boa parte dos recursos em centros de dados, infraestrutura de redes e contratação de softwares como serviço via internet - todos elementos da chamada computação em nuvem.

Segmentos tradicionais de TI, no entanto, continuarão a receber atenção. É o caso dos sistemas de gestão empresarial (ERP, na sigla em inglês), e dos softwares de análise de negócios (BI) e de gestão de relacionamento com clientes (CRM).

A adoção dos sistemas de CRM e de análise de negócios são prioridade para o Banco do Brasil. "A partir das análises dos dados, será possível aprimorar o atendimento e ter uma visão unificada do relacionamento com o cliente, seja via internet, caixas eletrônicos ou qualquer outro canal", afirma Rogério Aparecido Silva, gerente executivo da diretoria de tecnologia da instituição. Neste ano, o Banco do Brasil prevê um orçamento de R\$ 2,6 bilhões para a área, montante 8,3% superior ao de 2011.

Para a equipe de tecnologia da informação da TIM, o principal desafio será a integração de plataformas tecnológicas diferentes. Depois de adquirir a Atimus no ano passado, a operadora prepara sua incursão no segmento de banda larga fixa. Os sistemas herdados da Atimus e os já existentes na TIM não serão unificados por enquanto, afirma Luigi Longarini, diretor de TI da operadora. "As plataformas vão coexistir, mas serão mantidas em estruturas diferentes", diz. A tele vai repetir, neste ano, o valor investido no ano passado, de R\$ 500 milhões. Outra ação da operadora será a adoção de um sistema da Oracle para serviços de vendas e

de atendimento ao cliente. "Vai ser uma mudança grande porque os processos ficarão mais ágeis", diz Longarini.

A integração de sistemas também é prioridade para a Máquina de Vendas, resultado da união das varejistas Ricardo Eletro, Insinuante, City Lar e Eletro Shopping, ocorrida nos últimos dois anos. "O grupo vai consolidar a estrutura de sistemas e a infraestrutura para atender ao crescimento de lojas físicas e virtuais de 2011", diz Fernando Campana, diretor de TI. O orçamento será 10% maior que o do ano passado.

A TAM elegeu dois projetos prioritários, que envolvem a adoção de softwares voltados à gestão de dados e processos, afirma Marcos Roberto Teixeira, diretor de TI da companhia. Um deles tem por meta aumentar a eficiência e

melhorar o atendimento ao cliente. Em outra frente, a empresa aérea fará a integração de sistemas usados na comunicação interna e implantará ferramentas de colaboração para elevar a produtividade e a integração entre os funcionários.

A Toyota, que no segundo semestre planeja renovar sua linha de veículos compactos, vai se dedicar a projetos que permitam sustentar o crescimento de suas operações nos próximos anos, diz Eduardo Barboni, gerente de TI da companhia. Com um orçamento 10% superior ao de 2011, a Toyota vai implantar sistemas de integração da cadeia de suprimentos e um novo software de relacionamento comercial com os distribuidores, além de ajustar a infraestrutura de TI, incluindo o investimento em centros de dados, equipamentos de rede e virtualização de servidores.